



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES

NORMA E PRÁXIS: o arquivista e o ingresso no serviço público

JOÃO PESSOA – PB
2013

ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES

**NORMA E PRÁXIS: o arquivista e o ingresso no
serviço público**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Anna Carla Silva de Queiroz

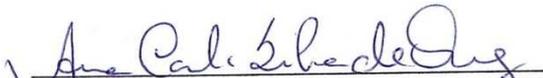
JOÃO PESSOA – PB
2013

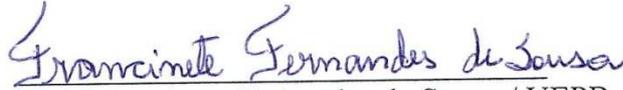
ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES

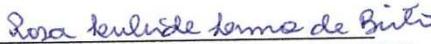
NORMA E PRÁXIS: o arquivista e o ingresso no serviço público

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel.

Aprovado em 02/09/2013.


Prof.^a Ms.^a Anna Carla Silva de Queiroz / UEPB
Orientadora


Prof. Dr.^a Francinete Fernandes de Sousa / UEPB
Examinadora


Prof.^a Dr.^a Rosa Zuleide Lima de Brito / UFPB
Examinadora

DEDICATÓRIA

Ao Deus pai todo poderoso, como forma do meu reconhecimento por tudo que tens me dado, já que por ser um pecador não reconheço em mim méritos que possam originar gestos de tamanha grandeza de um ser supremo.

AGRADECIMENTOS

À **Maria do Socorro Cesarino da Nóbrega**, pelo brilhante papel de mãe substituta que desempenhou e ainda desempenha.

Ao amigo **André Luiz Dias de França**, por sua valiosa contribuição nas diversas situações que a vida nos impõe, na figura de um irmão.

Feliz é o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire entendimento.

Provérbios 3:13

RESUMO

O presente trabalho resultou do interesse, ainda nos primeiros anos no curso de Arquivologia, em pesquisar o mercado de trabalho dos profissionais arquivistas no qual seríamos inseridos futuramente. Conseqüentemente, constatamos que o mesmo é amplo e que os profissionais da área de arquivos podem atuar tanto na esfera pública como no setor privado. Assim, resolvemos aprofundar tal estudo direcionando-o para o serviço público, voltado para os concursos públicos realizados para o cargo de arquivista. Nesse sentido, fizemos uso da bibliografia da área arquivística para aprofundar os conhecimentos sobre os termos e conceitos a serem utilizados, além da análise dos documentos, neste caso os editais dos concursos disponibilizados no *website* do PCI Concurso, no período de 2010 a 2012, para coletar os dados necessários. Após minucioso trabalho, constatamos a existência de um quantitativo de concursos bastante significativo para o cargo de arquivista em que os requisitos de escolaridade eram o ensino fundamental e médio, estando desta forma, em desacordo com a lei que regulamenta esse profissional, uma vez que determina que para o exercício legal da profissão é necessário possuir ensino superior em Arquivologia. Por fim, verificamos com base nos dados levantados que a pessoa que dedica anos de sua vida para se qualificar em uma profissão, neste caso arquivista, é prejudicada pelo não cumprimento da legislação vigente em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Concursos públicos. Arquivista. Legislação.

ABSTRACT

This work resulted from interest, even in the early years in the course of Archival, search in the labor market of professional archivists in which we would be inserted in the future. Therefore, we see that it is wide and the professionals files can act in the public as in the private sector. So, we decided to deepen her study directing it to the public service, dedicated to public procurement conducted for the post of archivist. Accordingly, we used the archival literature of the area to further our understanding of the terms and concepts to be used in addition to the analysis of documents, in this case the notices of contests available on the website of the PCI procedure, in the period 2010-2012, for collect the necessary data. After careful study, we find that there is a very significant quantity of contests for the post of archivist in the educational requirements were the primary and secondary education, thus being at odds with the law regulating this professional since it determines for the lawful exercise of the profession is necessary to have higher education in Archival. Finally, we understand that the individual who dedicates years of his life to qualify for a profession, in this case archivist, is hampered by the failure to comply with the legislation in force in our country.

KEYWORDS: Public contest. Archivist. Legislation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– Concurso para o cargo de Arquivista (2010).....	31
QUADRO 2	– Concurso para o cargo de Arquivista (2011).....	32
QUADRO 3	– Concurso para o cargo de Arquivista (2012).....	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Distribuição de cursos superiores de Arquivologia no Brasil.....	20
-------------------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –	Distribuição de vagas por região.....	21
GRÁFICO 2 –	Escolaridade para o cargo de Arquivista exigido nos concursos no período entre 2010 e 2012.....	39
GRÁFICO 3 –	Distribuição dos concursos para o cargo de Arquivista por ano.....	40
GRÁFICO 4 –	Concursos sem exigência de escolaridade em ensino superior por região do Brasil.....	41
GRÁFICO 5 –	Concursos para arquivista sem exigência de nível superior por estado da federação.....	42
GRÁFICO 6 –	Esfera do poder público para os quais foram realizados concursos sem exigência de nível superior.....	43
GRÁFICO 7 –	Empresas organizadoras de concursos públicos e as exigências de escolaridade para o cargo de Arquivista.....	44

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Indicação de busca em vagas por cargo.....	29
FIGURA 2 –	Consulta dos concursos por ordem alfabética dos cargos.....	30
FIGURA 3 –	Cargos pelo termo Arquivista (período de 2006 a 2013).....	30

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AABA	Associação dos Arquivistas da Bahia
ANPAC	Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
DBTA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ENARA	Executiva Nacional das Associações Regionais Arquivistas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	18
	Geral.....	18
	Específico.....	18
3	ABORDAGEM TEORICA	19
3.1	OS ARQUIVOS E O PROFISSIONAL ARQUIVISTA.....	19
3.2	O ARQUIVISTA E O ESTUDO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL.....	20
3.3	A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO E O CAMPO DE ATUAÇÃO.....	22
3.4	CAMPOS DE TRABALHO DO ARQUIVISTA NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO.....	23
3.5	COMPREENDENDO A DIFERENÇA ENTRE CONCURSOS PÚBLICOS E SELEÇÕES PÚBLICAS.....	24
4	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	26
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
4.2	UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	27
4.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	28
5	ANÁLISE DOS DADOS: OS CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE ARQUIVISTA	39
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Ainda nos primeiros períodos do curso de Arquivologia, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), buscávamos conhecer um pouco melhor o campo de atuação dos profissionais arquivistas, no qual futuramente estaríamos inseridos. Desta maneira, constatamos que o mercado de trabalho é amplo, e que poderemos desenvolver atividades tanto no setor público quanto no privado, de acordo com pesquisa feita nos *websites* dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Essa complexidade pode ser compreendida por Souza (2011, p. 112) quando afirma que “de fato, qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas”.

É importante entendermos que, para a inclusão no mercado de trabalho na área arquivística, em qualquer um dos setores destacados, necessitamos possuir a qualificação desejada para o desempenho satisfatório das atividades. Sobre esse aspecto, Veiga (2007, p. 19) afirma que “cada vez mais as organizações necessitam que seus profissionais se qualifiquem no menor tempo possível, a fim de acompanhar o ritmo acelerado das mudanças”. Nesse sentido, reconhecemos a importância dos cursos voltados para a formação de profissionais de arquivos, uma vez que disponibilizará para o mercado indivíduos com o perfil desejado para atuar nas instituições com atribuições e habilidades específicas necessárias para essa área do conhecimento. Com tal qualificação, o arquivista se apresentará como “o profissional com competência para gerenciar documentos e informações” segundo expressa Sousa (2011, p. 75).

Conforme citado anteriormente, um dos espaços de atuação do arquivista é no serviço público por meio de concursos públicos, que ao longo do curso de graduação na área arquivista percebemos um crescimento significativo nas esferas do poder municipal, estadual e federal a partir dos dados preliminares levantados por essa pesquisa. Essa constatação demonstra a preocupação das instituições com os arquivos sob a sua responsabilidade, principalmente em possibilitar a organização dos acervos documentais para facilitar o acesso e uso das informações pelos usuários que delas necessitem. Porém, também percebemos a existência de concursos para arquivista sem considerar a exigência escolar determinada pela Lei nº 6.546, de 1978, que é a formação em curso superior em Arquivologia. Esta exigência é determinante para o exercício legal da profissão de arquivista, uma vez que garante a contratação de um profissional qualificado para desempenhar atividades específicas em arquivos públicos e privados. A respeito da qualificação para a execução dos serviços,

D'Araujo apud Paes (2012, p. 42) afirma que “em questão de arquivo, a experiência não substitui a instrução, pois 10(dez) anos de prática podem significar 10(dez) anos de arquivamento errado e inútil”.

Diante do que foi explanado, propomos realizar pesquisa sobre os concursos realizados com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: **Qual o requisito de escolaridade exigido pelas instituições em seus concursos públicos para o profissional arquivista?**

Nesse sentido, acreditamos no pressuposto de que a existência dos concursos para arquivista com exigência de escolaridade diferente do que determina a lei é a falta de um órgão com abrangência em todo território nacional para fiscalizar e fazer cumprir a Lei nº 6.546/78.

Desta forma, o presente trabalho pode permitir um olhar mais crítico sobre um problema recorrente em nossa sociedade que é a falta de profissionais qualificados para atuarem na prestação de serviços, seja na iniciativa privada ou no serviço em instituições públicas. Sendo que tal estudo será direcionado para a área arquivista, uma vez que, como futuros arquivistas almejamos contribuir para um debate construtivo que possa, ocasionar mudanças significativas no mercado de trabalho, no setor público, em benefício de toda a categoria. Assim, a relevância dessa pesquisa compreende:

⊕ Para a sociedade, mostrar que a contratação de profissionais com a qualificação desejada para prestarem serviços com qualidade e ética é necessária e esta deve ser a conduta que as instituições devem cobrar em seus concursos.

⊕ Na área arquivística, contribuir para a valorização dos profissionais formados no momento em que expõe uma prática que afeta diretamente esses indivíduos que dedicam alguns anos de suas vidas para frequentar universidades e se qualificar para o exercício legal da profissão.

⊕ No aspecto pessoal, esse trabalho além de ampliar os conhecimentos, favorece um olhar crítico enquanto cidadão para as questões que envolvem o mercado de trabalho no país, principalmente no que se referem aos direitos e deveres e seu fiel cumprimento em benefício da coletividade.

Por fim, ressaltamos que a estrutura dessa pesquisa é constituirá por:

Capítulo 2(dois), que trata dos objetivos propostos por esse trabalho com o interesse em responder ao problema apresentado anteriormente.

Capítulo 3(três), em que se insere a abordagem teórica necessária à compreensão dos termos e conceitos utilizados na área arquivística. Ainda nesse espaço será apresentada uma

síntese histórica do surgimento dos arquivos, bem como do trabalho do arquivista, sua regulamentação profissional e dos cursos ofertados no país. Como não poderíamos deixar de discutir o ingresso dos profissionais arquivistas no setor público sem explicar a existência de concursos e seleções, uma vez que se trata de formas diferenciadas de inclusão no serviço público, resolvemos identificar nesse capítulo as peculiaridades de cada uma delas.

Capítulo 4(quatro), dedicado aos procedimentos metodológicos indispensáveis a essa pesquisa, uma vez que possibilitará de forma planejada, organizada e segura que os objetivos propostos possam ser alcançados.

Capítulo 5(cinco), recorreremos à análise dos dados coletados nos editais dos concursos públicos realizados no período entre 2010 a 2012 para o cargo de arquivista em todo o território nacional em que o requisito de escolaridade difere do determinado na legislação que regulamenta esse profissional em nosso país.

Capítulo 6(seis), dedicado às considerações finais em que são emitidas constatações pertinentes a respeito dos dados apresentados no capítulo anterior.

2 OBJETIVOS

Geral:

Analisar os editais de concursos públicos realizados para o cargo de arquivista quanto à observância dos requisitos escolaridade exigidos pela Lei nº 6.546, de 1978.

Específicos:

- Destacar as atribuições e as competências dos profissionais Arquivistas e de Técnicos de Arquivo segundo a Lei Nº 6.546 de 1978;
- Identificar nos editais pesquisados quais os requisitos de escolaridade exigidos pelas instituições públicas para o cargo de arquivista;
- Verificar a partir dos dados levantados quais estados brasileiros que mais realizaram concursos para o cargo de arquivista sem considerar a formação em nível superior;
- Identificar em qual esfera do poder público há maior ocorrência de concursos que fere a legislação vigente.

3 ABORDAGEM TEÓRICA

3.1 OS ARQUIVOS E O PROFISSIONAL ARQUIVISTA

A partir do domínio da escrita, o ser humano se conscientiza da importância de preservar os seus escritos para posteriormente utilizá-los como prova de seus atos e de suas ações, possibilitando que se consiga recuperar a memória, seja ela coletiva ou individual. Nesse contexto, os documentos produzidos necessitaram de um lugar de guarda e de preservação, fazendo surgir assim os arquivos. Segundo Souza (2011, p. 51), “alguns teóricos defendem que o surgimento do arquivista está associado à criação dos arquivos, ou seja, ao momento em que o homem começou a produzir e a custodiar seus documentos”.

Desta forma, o arquivista desempenha papel essencial no acesso, recuperação, preservação e uso da informação no âmbito dos arquivos públicos e privados. Logo, o arquivista enquanto profissional da informação deve possuir conhecimento de diferentes áreas, ser especializado, ter capacidades de gerenciamento, aprendizagem, conceituação, entre outras. (FARIA *ET AL* APUD SANTOS *ET AL*, 2008). Esses requisitos possibilitam a esses profissionais desenvolverem o seu trabalho com comprometimento e ética, favorecendo a qualidade dos serviços prestados a população, uma vez que de acordo com Bartalo e Moreno (2008, p. 113) o arquivista é “um dos agentes transformadores da sociedade em que vive”. Dessa forma, refletindo a importância desse profissional para as instituições nas suas tomadas de decisões, bem como para a sociedade de modo geral.

Ainda sobre o assunto, é importante destacar que a palavra arquivo remete a quatro significações diferentes, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DBTA (2005, p. 27) disponível no *site* do Arquivo Nacional, apresentadas a seguir.

- Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma instituição, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte;
- Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos;
- Instalações onde funcionam arquivos;
- Móvel destinado à guarda de documentos.

No capítulo que segue, abordaremos a formação dos profissionais arquivistas no Brasil desde o primeiro curso criado, além da oferta de vagas nas universidades que possuem graduação em Arquivologia.

3.2 O ARQUIVISTA E O ESTUDO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Conforme visto anteriormente, ao profissional que atua nos arquivos é dado o nome de arquivista e sobre esse profissional encontramos algumas definições, sendo as mais relevantes apresentadas a seguir, por apresentarem o perfil desse profissional de forma mais específica. Para a Escola de Arquivologia pertencente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (2013) o arquivista é um trabalhador “polivalente, que precisa ter um conhecimento ao mesmo tempo amplo e específico, para assim dar conta do tratamento das informações contidas nos registros documentais produzidos pelas inúmeras atividades da sociedade”.

Já a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (2013) o define como sendo “o profissional, de nível superior, capacitado pela sua formação para classificar, avaliar, descrever, preservar e conservar, guardar e recuperar toda informação registrada produzida ou recebida por uma instituição no decorrer de suas atividades”. Na visão da Executiva Nacional das Associações Regionais Arquivistas – ENARA (2013) o arquivista é “capaz de recuperar, no menor tempo possível, uma informação armazenada em qualquer que seja o meio, seja ele físico, digital ou virtual”. Corroborando com esse pensamento, Bellotto (2006, p.306) expressa de maneira mais complexa que:

Do arquivista depende a eficácia da recuperação da informação: sua uniformidade, ritmo, integridade, dinamismo de acesso, pertinência e precisão nas buscas, porque terá havido precisão na classificação, na avaliação e na descrição. Sua atuação pode influir – e muito- no processo decisório das organizações e nas conclusões a que chegam os historiadores a respeito da evolução e da identidade da sociedade.

Observamos que em todas as definições apresentadas, a informação é o objeto, ou seja, a ferramenta de trabalho do profissional arquivista, e foi por causa da mesma que surgiu a necessidade do profissional de arquivo para promover todas as atividades acima citadas em cada definição. Nesse sentido, o indivíduo que deseja atuar dentro dos arquivos deve possuir qualificação adequada para o desempenho das atividades. Para tanto, o Brasil dispõe de cursos superiores na área de arquivos conhecidos pela nomenclatura de Arquivologia. Esses cursos estão expostos na Tabela 1, que segue abaixo com o ano de criação, instituição e horário de estudo ofertado.

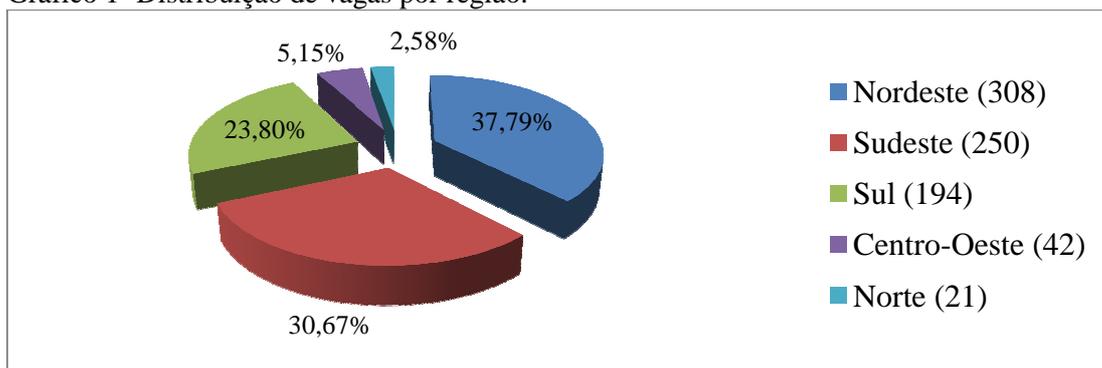
Tabela 1 – Distribuição de cursos superiores de Arquivologia no Brasil

Criação	Instituição de Ensino Superior	Sigla	Estado	Turno
1976	Univ. Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Diurno
1977	Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ	Noturno
1978	Univ. Federal Fluminense	UFF	RJ	Diurno
1990	Univ. de Brasília	UNB	DF	Noturno
1997	Univ. Estadual de Londrina	UEL	PR	Noturno
1997	Univ. Federal da Bahia	UFBA	BA	Diurno
1999	Univ. Federal do Espírito Santo	UFES	ES	Noturno
1999	Univ. Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	Noturno
2003	Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP	Diurno
2006	Univ. Estadual da Paraíba	UEPB	PB	Noturno/ diurno
2008	Fundação Univ. de Rio Grande	FURG	RS	Noturno
2008	Univ. Federal da Paraíba	UFPB	PB	Noturno
2008	Univ. Federal do Amazonas	UFAM	AM	Noturno
2008	Univ. Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	Noturno
2009	Univ. Federal de Santa Catarina	UFSC	SC	Diurno
2012	Univ. Federal do Pará	UFPA	PA	Diurno

Fonte: Desenvolvimento nosso.

Os atuais 16 (dezesseis) cursos disponibilizados pelas universidades públicas brasileiras, ainda são insuficientes, pois, são apenas 10 (dez) estados da federação e mais o distrito federal contemplados, em detrimento de outras 16 (dezesseis) unidades federativas. No que se refere ao quantitativo de vagas ofertadas nos vestibulares dessas instituições, o levantamento feito por Alves e França (2011, p.4), apresentou o seguinte resultado, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1- Distribuição de vagas por região.



Fonte: Alves e França (2011, p.4)

Os números expostos mostram uma situação privilegiada da região Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste. Desse modo, o Nordeste contribui com a formação de 308 profissionais, seguido do Sudeste, com 250 e Sul, apresentando 194. Nesses dados não se inseriu as atuais quarenta vagas disponibilizadas pela Universidade Federal do Pará, porque quando os pesquisadores levantaram esses dados, o curso da referida instituição ainda estava em fase de criação. Acreditamos que por ser uma profissão que teve a sua regulamentação no

final da década de 1970, conforme veremos adiante, a profissão de arquivista ainda é pouco difundida em nosso país, bem como o seu estudo e valorização.

3.3 A REGULAMENTAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ARQUIVO E O CAMPO DE ATUAÇÃO

A legislação brasileira define os requisitos profissionais que deve ter um arquivista e um técnico de arquivo, bem como descreve as atribuições nas suas respectivas áreas de atuação, conforme expressa na Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978 e que se encontra a disposição de todos nos *sites* do Governo Federal e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao analisarmos a citada lei, destacamos os principais pontos:

Em seu primeiro artigo, que trata da permissão do exercício da atividade de arquivista e de técnico, diz que tais profissionais deverão ter respectivamente, curso superior de Arquivologia e certificados de conclusão de ensino do 2º grau (atual ensino médio), acrescido de treinamento específico em técnicas de arquivo, em curso ministrado por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de mão-de-obra, do Ministério do Trabalho com carga horária de 1.100 horas nas disciplinas específicas.

O segundo artigo elenca as atribuições dos arquivistas, com ênfase para: planejamento, organização e direção dos serviços de arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; dentre outros.

As atribuições dos técnicos de arquivo são indicadas no 3º Artigo, onde se destacam: recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação; classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos; dentre outros.

No 4º artigo, fica evidente que para o exercício das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, será necessário o registro na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), do Ministério do Trabalho. Conforme a AAB (2013), não existe curso técnico de arquivo que tenha periodicidade regular. Eventualmente, algumas organizações oferecem pequenos cursos, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e da Universidade Estácio de Sá. Sobre essa realidade, Fonseca (2005, p. 67) entende que:

A profissão de técnico de arquivo nunca foi implementada, pois não existe um curso profissionalizante nessa área. Esse é um fato relevante, na medida em que contribui para cristalizar uma visão monolítica do campo de trabalho na área, fazendo com que arquivistas

e estagiários de arquivologia se ocupem indiscriminadamente de todas as tarefas relacionadas com o fazer arquivístico.

A Lei nº 6.546 dos profissionais de arquivo foi regulamentada pelo decreto nº 82.590 de 06 de novembro de 1978, que da mesma forma da lei, pode ser consultada no *site* do CONARQ. É importante destacar que, a respeito da nomenclatura atribuída a esses profissionais, a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (2013) atribui mais dois termos a esses profissionais de arquivos que são: arquivista de documentos e arquivista pesquisador.

3.4 CAMPOS DE TRABALHO DO ARQUIVISTA NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO

A atuação do profissional Arquivista pode ser tanto na esfera pública como na privada, sobre esse assunto, a ENARA (2013) enfatiza que essa profissão está em crescimento, conforme no exposto.

A profissão de **ARQUIVISTA** encontra-se em efetiva ascensão, com diversificado mercado de trabalho: arquivos históricos e administrativos, arquivos empresariais, arquivos pessoais, centros de documentação e memória, arquivos especializados, consultorias arquivísticas, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural, gerenciamento Eletrônico de Documentos, Inteligência Competitiva, Gestão do Conhecimento, Gestão da Qualidade, etc.

Corroborando com o pensamento anteriormente citado, a AAB (2013) afirma que existe um espaço generoso para atuação do profissional Arquivista:

O mercado de trabalho é imenso visto que toda instituição produz e recebe informações registradas sob os mais variados suportes, as quais farão parte do acervo de seus arquivos. A presença atuante de um arquivista é necessária para a não formação de massas documentais acumuladas, sem tratamento e de difícil recuperação da informação.

Num pensamento mais delimitado a respeito do campo de trabalho do referido profissional, a UFSM (2013) explica que:

Os profissionais arquivistas atuam em instituições públicas e privadas. Na área pública, podem exercer funções na esfera governamental municipal, estadual e federal, ou seja, em órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Na área privada, podem atuar na esfera empresarial, em hospitais, em instituições financeiras, em sociedades, em estabelecimentos de ensino, em cooperativas, em arquivos particulares e prestar consultorias, entre outras.

Por fim, a UNIRIO (2013) diz que esse profissional “poderá atuar ainda como docente e como pesquisador de sua área, estudando e produzindo novos conhecimentos”. Lembramos que para desenvolver suas atividades no setor público em nosso país, os indivíduos de qualquer área do conhecimento, deverão prestar concurso público, conforme legislação vigente que veremos no capítulo que segue.

3.5 COMPREENDENDO A DIFERENÇA ENTRE CONCURSOS PÚBLICOS E SELEÇÕES PÚBLICAS

Como posteriormente iremos abordar os concursos na área arquivística, é importante compreendermos a diferença entre concurso e seleção no âmbito do serviço público. No Brasil, como forma de garantir os direitos e deveres dos cidadãos, temos a Constituição Federal, promulgada no ano de 1988, que estabelece dentre outras determinações, o acesso aos cargos considerados públicos. Em seu artigo 37º, a referida lei expressa que:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. (BRASIL, 2013)

Observamos ainda, nesse mesmo artigo, a possibilidade de contratação “por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”, caracterizando-se assim, como uma seleção, segundo a própria Constituição Federal do Brasil. Sobre esse tipo de entrada no setor público, a Folha do Pernambuco (2013) explica melhor esse tipo de vínculo:

Seleção simplificada é um modo de selecionar interessados para prestar uma função TEMPORÁRIA na Administração Pública, atendendo o art. 37, IX da Constituição Federal. Em caso de calamidade pública a lei federal autoriza inclusive a contratação de servidores temporários sem passar por Seleção Simplificada.

Portanto, entendemos como concurso público a forma legal de selecionar indivíduos para desempenhar atividades na administração pública com garantia de estabilidade, diferentemente do que acontece com as pessoas que participam de seleções para contratação por um período determinado, sem os mesmos direitos e garantias de que gozam os profissionais efetivos. Nesse sentido, fazemos referência à decisão da 1ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do distrito Federal e Territórios - TJDFT sobre o pleito de um grupo de servidores contratados que buscava na justiça o direito a equiparação dos seus salários com os de servidores efetivos. Ao analisar a reivindicação, o juiz destaca que:

O servidor público que mantém vínculo jurídico efetivo com a Administração Pública logrou aprovação em concurso público de provas e títulos, sendo, por conseguinte, regido por regime jurídico estatutário, enquanto que os contratados em caráter temporário têm com a Administração Pública vinculação precária, surgida após a aprovação em processo seletivo simplificado, submetendo-se, pois, a cláusulas de contrato e não a um regime jurídico estatutário. (FOLHA DIRIGIDA, 2013, p. 4)

Por tal decisão, entendemos que segue as determinações emanadas da Constituição Federal, uma vez que estabelece o direito de igualdade e oportunidade a todos que desejam seguir carreira no serviço público em nossa federação. Vale ressaltar que existem duas modalidades de regimes para quem ingressa no serviço público brasileiro por meio de concursos. Uma é o estatutário que é regido por um estatuto, criado por uma lei, originado da própria esfera de poder que irá contratar o serviço e o outro é o chamado de celetista, que recebe esse nome por tem sua origem na Consolidação das leis do Trabalho – CLT. (FOLHA DIRIGIDA, 2013, p.5). No caso do primeiro, além de outros benefícios, a garantia de estabilidade já relatada anteriormente. O surgimento de concursos na modalidade celetista nasceu com a lei nº 9.962 do ano de 2000.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Michel (2009, p. 135), em um trabalho científico a metodologia se configura como “uma forma organizada e planejada, segundo critérios previamente traçados, para se atingir um propósito, alcançar uma solução, resolver um problema”. Corroborando com esse pensamento, Barros e Lehfeld (2007, p. 2) afirmam que “a metodologia corresponde a um conjunto de procedimentos a ser utilizado na obtenção do conhecimento”. Somente por meio da aplicação dos métodos adequados é que poderemos atingir nossos objetivos, conseguindo, desta maneira, êxito na realização do trabalho desenvolvido.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esse trabalho classifica-se quanto aos seus objetivos como uma pesquisa explicativa, que conforme Gil (2006, p. 42) destaca:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. [...]

Dessa maneira, estudamos os concursos públicos realizados para o cargo de arquivista em que a exigência escolar é o ensino fundamental e médio, com o intuito de comprovar ou não o pressuposto apresentado para a ocorrência desses fatos.

No tocante aos meios, essa pesquisa é bibliográfica e documental. Bibliográfica, porque fará uso da literatura da ciência arquivística para explicar assuntos relacionados aos arquivos, bem como, sobre o profissional arquivista, possibilitando assim a apropriação devida dos termos utilizados nessa área do conhecimento. No caso da pesquisa documental, Severino (2007, p.122) explica que “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Assim, o presente trabalho fez uso dos editais de concursos públicos para extrair informações relevantes como forma de atingir os objetivos aqui propostos.

Já em relação à abordagem utilizada na presente pesquisa, o uso do procedimento quali/quantitativo é o mais recomendado, uma vez que esse tipo de pesquisa “quantifica e percentualiza opiniões, submetendo seus resultados a uma análise crítica quantitativa” de acordo com Michel (2009, p.39). Para Martins e Theóphilo (2009, p. 107) a avaliação quantitativa busca “organizar, sumarizar, caracterizar e interpretar os dados numéricos coletados”. Os referidos autores dizem que esses atos recebem o nome de Estatística

Descritiva e sua construção ocorre por meio de “gráficos, tabelas, e do cálculo de medidas a partir da coleção de dados numéricos [...]”.

A respeito da construção de gráficos, tabelas e quadros, Lakatos e Marconi (2008, p. 172) explicam que:

Tabela é construída, utilizando-se dados obtidos pelo próprio pesquisador em números absolutos e/ou porcentagens. **Quadro** é elaborado tendo por base dados secundários, isto é, obtidos de fontes como o IBGE e outros, inclusive livros, revistas etc [...]. **Gráficos** são figuras que servem para a representação dos dados. O termo é usado para grande variedade de ilustrações: gráficos, esquemas, mapas, diagramas, desenhos, etc.

Ainda sobre os gráficos estatísticos, as autoras identificam que os mesmos estão divididos em dois grupos: **gráficos informativos** e **gráficos analíticos**. Os gráficos informativos são criados com o objetivo de dar ao público ou pesquisador uma visão da situação atualizada do problema em questão. Enquanto que os gráficos analíticos além de informar, têm outro objetivo que é fornecer elementos de interpretação, cálculos, inferências, previsões. Dessa forma, ao extraímos os dados dos editais dos concursos públicos, produzimos gráficos analíticos para interpretação dos números, bem como a fim de dar suporte na apresentação dos resultados.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Em uma pesquisa científica o universo ou população é quem definirá a amostra a ser estudada, conforme explica Martins e Theóphilo (2009, p. 118) ao afirmar que:

Geralmente as pesquisas são realizadas através de estudo dos elementos que compõem uma amostra extraída da população que se pretende analisar. O conceito de população é intuitivo. Trata-se do conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo. Amostra é um subconjunto da população.

No pensamento do referido autor, nem sempre se obtém de todos os elementos da população as informações de que se precisa, logo, o “investigador procurará se acercar de cuidados visando à obtenção de uma amostra significativa, ou seja, que de fato represente o melhor possível toda à população.” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 118). Esse pensamento é compartilhado por Lakatos e Marconi (2008, p. 165) quando afirmam que “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

Logo, o universo estudado nesse trabalho compreende aos concursos públicos para o cargo de arquivista, em que a amostra se detém sobre aqueles em que a exigência escolar seja o ensino fundamental e médio, tendo como recorte temporal o período de 2010 a 2012, pois foi

utilizado do banco de dados do *site* da empresa PCI Concursos, sendo o ano de 2010 o último disponibilizado para consultas. Lembramos que esse *website* serviu para nortear a pesquisa, e que a referida instituição abrange em seu banco de dados concursos das três esferas do poder público, realizados por diferentes empresas organizadoras. As buscas por informações podem ser coletadas por regiões brasileiras, estados da federação, cargo, entre outras. Logo, o PCI Concursos, empresa integrante da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos – ANPAC, se caracteriza como importante ferramenta para todo e qualquer cidadão que deseja ter acesso às informações sobre os concursos públicos brasileiros, além de disponibilizar um acervo de mais de noventa mil provas e provas e cento e dezessete mil testes totalmente gratuito para quem deseja se submeter aos concursos das mais variadas áreas do conhecimento.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No desenvolvimento de uma pesquisa, a utilização dos instrumentos de coleta de dados apresenta-se como essencial e segundo Michel (2009, p. 64) a “elaboração e aplicação devem seguir critérios técnicos rigorosos, que não comprometam a qualidade dos resultados”. Nesse sentido, a técnica mais apropriada para a coleta a ser utilizada nesse trabalho é a observação, e que conforme Martins e Theóphilo (2009, p.86) afirmam:

A observação consiste em um exame minucioso que requer atenção na coleta e análise das informações, dados e evidências. Para tanto, deve ser precedida por um levantamento de referencial teórico e resultados de outras pesquisas relacionadas ao estudo. Formalmente é desejável a construção de um protocolo de observação. Observar não é apenas ver. A validade - será que se está observando aquilo que de fato se deseja observar? E a confiabilidade, ou fidedignidade – será que sucessivas observações do mesmo fato ou situação oferecerão resultados semelhantes? Poderão ser alcançadas se a Observação for, rigorosamente, controlada e sistemática.

Corroborando com o pensamento desse autor sobre a observação, Michel (2009, p.66) apresenta o seguinte conceito:

Técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade; consiste não apenas em ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar; permite perceber aspectos que os indivíduos não têm consciência, mas manifestam involuntariamente.

Ao optarmos pela observação, identificamos que o tipo mais apropriado para aplicação nessa pesquisa é a observação indireta, pois se trata de extrair dados de documentação e não de pessoas, em que a análise das informações é feita a partir da leitura e interpretação dos documentos disponibilizados. Tal técnica acontece por meio da análise documental em que os

dados obtidos são considerados secundários. (MICHEL, 2009, p. 65). Portanto, nesse caso a observação ocorre sobre os editais dos concursos disponibilizados nos *websites* das empresas organizadoras que além de permitir a coleta dados, garante a autenticidade e fidedignidade das informações.

Desta forma, iniciamos o trabalho de coleta dos dados acessando o *site* do PCI Concursos sob o seguinte endereço: <http://www.pciconcursos.com.br/>. Feito isso, localizamos no menu lateral esquerdo a indicação de busca em “Vagas por Cargo” conforme figura 1.

Figura 1 – Indicação de busca em Vagas por Cargo



Fonte: Desenvolvimento nosso

Após selecionarmos busca em vagas por cargos, somos direcionados a uma página em que os concursos estão organizados e disponibilizados a consulta por ordem alfabética de cada cargo, de acordo com o que é mostrado na figura 2.

Figura 2 – consulta dos concursos por ordem alfabética dos cargos

The screenshot shows the website interface for searching jobs. The browser address bar displays 'www.pconcursos.com.br/concursos/vagas/'. The page is in Portuguese. A sidebar on the left contains navigation links such as 'Estágios', 'Previstos', 'Formação', 'Vagas por Cargo', 'Empregos', 'Simulados', 'Provas', 'Links', 'Como Passar', 'Aulas Português', 'Aulas Matemática', 'Aulas Rac. Lógico', 'Aulas Excel', and 'Aulas Word'. The main content area shows a search filter for 'Letra A' with a red arrow pointing to it. Below the filter, there is a list of 'Principais cargos com vaga em concurso: (Letra A)' including: Administrador, Administrador de Edifícios, Advogado, Advogado Autárquico, Agente Administrativo, and Agente Administrativo - Geral. The right sidebar features social media links for Google+, Twitter, and Facebook, along with a 'Follow' button and a 'Seguir' button.

Fonte: Desenvolvimento nosso

Nesse espaço de vagas por cargo, encontramos na letra A o termo Arquivista que faz parte do estudo desse trabalho. Ao clicarmos nesse cargo, o *site* PCI Concursos recupera os concursos realizados para Arquivista em todo o território nacional desde o ano 2006 até o atual, 2013.

Figura 3 – Cargos pelo termo Arquivista (período 2006 a 2013)

The screenshot shows the website interface for searching jobs by the term 'Arquivista'. The browser address bar displays 'www.pconcursos.com.br/concursos/vagas/arquivista'. The page is in Portuguese. A sidebar on the left contains navigation links such as 'Previstos', 'Formação', 'Vagas por Cargo', 'Empregos', 'Simulados', 'Provas', 'Links', 'Como Passar', 'Aulas Português', 'Aulas Matemática', 'Aulas Rac. Lógico', 'Aulas Excel', and 'Aulas Word'. The main content area shows a search filter for 'Arquivista' with a red arrow pointing to it. Below the filter, there is a table of 'Concursos com vagas para Arquivista' with columns for 'Inscrição até'. The table lists the following jobs:

Concurso	UF	Vagas	Salário	Inscrição até
UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC	SP	126 vagas	até R\$ 3138,70	05 a 26/08/2013
FUB - Fundação Universidade de Brasília	DF	257 vagas	até R\$ 3138,70	05 a 26/08/2013
Companhia Carris Porto-Alegrense	RS	50 vagas	até R\$ 5334,32	15/08/2013
IFMS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	MS	206 vagas	até R\$ 3138,70	Prorrogado até 15/08/2013

The right sidebar features social media links for Google+, Twitter, and Facebook, along with a 'Follow' button and a 'Seguir' button.

Fonte: Desenvolvimento nosso

Como o interesse dessa pesquisa é pelo recorte temporal que compreende aos concursos realizados entre 2010 a 2012. Desta forma, analisamos cada concurso disponibilizado pelo referido *site* para identificar o endereço eletrônico de cada empresa organizadora de cada concurso para posteriormente coletar as informações necessárias a esse trabalho. Assim, após exaustivo levantamento de dados nos *sites* das empresas que organizam concursos, desenvolvemos os quadros 1, 2 e 3 com as informações que subsidiarão a análise dos dados e fundamentará as considerações finais dessa pesquisa. Para facilitar a compreensão, identificamos nos quadros o requisito de escolaridade por cores:

⊖ Preto: mostra que o nível corresponde ao que determina a lei que regulamenta a profissão de Arquivista, ou seja, ensino superior em Arquivologia,

⊖ Verde: significa graduação em qualquer área, inclusive em arquivística;

⊖ Vermelho: que mostra a escolaridade para os níveis fundamental e médio completo ou incompleto, diferente do que preceitua a lei 6. 546 de 1978.

Quadro 1 – Concursos para o cargo de Arquivista (2010)

Organizador do concurso	Instituição contratante	Cargo	Escolaridade exigida
AOCP Concurso Públicos	Prefeitura municipal de Cabo de Santo Agostinho/PE	1 Arquivista 2 Auxiliar de Arquivista	1 Ensino Médio Completo; 2 Ensino Fundamental Completo
CCV Coordenadoria de Concursos	Universidade Federal do Ceará	Arquivista	Graduação em Arquivologia
Conesp Concursos	Prefeitura municipal de Monte Aprazível/SP	Arquivista	Ensino Médio Completo
Consulplan	Prefeitura municipal de São Leopoldo/RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Covest	Universidade Federal do Pernambuco	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Fundação Dom Cintra	Câmara municipal de Petrópolis/RJ	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Instituto Rondônia de Pesquisa e Estatística - IRPE	Prefeitura municipal de Pimenta Bueno/RO	Arquivista	Bacharel em Arquivologia
MSM Consultoria e Projetos Ltda	Prefeitura municipal de Prado/BA	Arquivista	Ensino Médio
Multsai	Prefeitura municipal de Serra Caiada/RN	Arquivista	Nível Médio
Multsai	Prefeitura municipal de Jardim de Piranhas/RN	Arquivista	Nível Médio Completo
Núcleo de Concursos/ UFPR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
OM Consultoria	Prefeitura municipal de Rancharia/SP	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Seleta Concursos	Câmara municipal de Tucano/BA	Arquivista	Nível Médio

Universidade Federal Fluminense - UFF	Universidade Federal Fluminense - UFF	Arquivista	Graduação em Arquivologia
---------------------------------------	---------------------------------------	------------	---------------------------

Fonte: Desenvolvimento nosso

Quadro 2 – Concursos para o cargo de Arquivista (2011)

Organizador do concurso	Instituição contratante	Cargo	Escolaridade exigida
Alpha	Prefeitura municipal de Eunápolis/BA	Arquivista	Graduação em Arquivologia ou Biblioteconomia com especialização em Arquivologia
Cemat	Prefeitura municipal de Cerqueira César/SP	Arquivista	Ensino Médio Completo
Centro de Processos Seletivos - CEPS	Universidade Federal do Pará	Arquivista	Curso Superior de Graduação em Arquivologia
Click Soluções	Prefeitura municipal de Concórdia/ SC	Arquivista	Superior em Arquivologia
Concel	Câmara municipal de Catolé do Rocha/PB	Arquivista	Ensino Médio
Conesp Concursos	Prefeitura municipal de Monte Aprazível/SP	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Conesp Concursos	Prefeitura municipal Socorro/SP	Arquivista	Graduação em Arquivologia
Consulplan	Prefeitura municipal de São Domingos do Prata/MG	Arquivista	Ensino Médio Completo
Copeve	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Empresa de Consultoria em Administração Pública - ECAP	Câmara municipal de Congonhas/MG	Arquivista	Segundo Grau completo com diploma registrado no MEC.
Energia Essencial	Câmara municipal de Rio Grande/RS	Arquivista	3º Grau completo ou equivalente, devidamente registrado em órgão oficial
Energia Essencial	Prefeitura municipal de Caçapava do Sul/RS	Arquivista	Habilitação Legal Exerc. da Profissão
Exame Auditores e Consultores	Prefeitura municipal de Gouveia/MG	Arquivista	Ensino Médio
Êxito Cursos e Concursos	Prefeitura municipal de Araçás/BA	Arquivista	Ensino Médio
Fluxo Consultoria	Prefeitura municipal de Ibiá/MG	Arquivista	Ensino Superior Específico e Habilitação na Categoria
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação de Mato Grosso do Sul - FADEMS	Prefeitura municipal de Caraguatatuba/ SP	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Fundação Delta do Parnaíba - FUDELTA	Prefeitura municipal de Dirceu Arcoverde/PI	Arquivista	Ensino Médio
Fundação Dom Cintra	Prefeitura municipal de Petrópolis/RJ	Arquivista	Ensino Superior de Acordo com a Legislação

Fundação La Salle	Prefeitura municipal de Novo Hamburgo/RS	Arquivista	Ensino superior completo com habilitação legal para o exercício da profissão de Arquivista
Fundação Vale do Piauí – FUNVAPI	Prefeitura municipal de Pindaré-Mirim/ MA	Arquivista	Ensino Médio Completo ou Curso Técnico Completo
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PAQTCPB	Universidade Estadual da Paraíba	Arquivista	Curso de Arquivologia
Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt – FUNCAB	Prefeitura municipal de Aracruz/ES	Arquivista	Graduação em Arquivologia, reconhecido pelo Ministério de Educação (MEC)
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Gestão de Concursos	Prefeitura municipal de Contagem/MG	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Gualimp – Assessoria e Consultoria Ltda	Prefeitura municipal de São José do Calçado/ES	Arquivista	Ensino Médio Completo. - Conhecimento de Informática, Curso de Microsoft Word e Excel no mínimo 80 horas.
Gualimp – Assessoria e Consultoria Ltda	Prefeitura municipal de Santa Leopoldina/ES	Arquivista	Curso de Nível Superior em Arquivologia. Registro no respectivo Conselho de Classe
Imam Concursos Públicos	Prefeitura municipal de Formiga/	Arquivista	Superior Completo em Biblioteconomia/Arquivologia
Instituto Ágata	Prefeitura municipal de Melgaço/PA	Arquivista	Fundamental completo
Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	Prefeitura municipal de Imbituba/SC	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Instituto Cidades	Câmara municipal de Canindé/CE	Arquivista	Nível Médio Completo
Instituto de Consultoria em Administração Pública - ICAP	Prefeitura municipal de Alpestre/ RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Instituto Graça Aranha	Prefeitura municipal de Vitorino Freire/MA	Arquivista	Ensino Médio Completo
Instituto Mais	Câmara municipal de Angra dos Reis/RJ	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Instituto Nordestino de Educação Políticas, Administrativas e Sociais - INEPAS	Prefeitura municipal de Ibiapina/CE	Arquivista	Ensino Médio Completo

Instituto Nordestino de Políticas, Administrativas e Sociais - INEPAS	Prefeitura municipal de São Benedito/CE	Arquivista	Ensino Médio
Instituição Soler de Ensino – ISE	Prefeitura municipal de Arujá/SP	Arquivista	Ensino Médio Completo
Instituição Soler de Ensino – ISE	Prefeitura municipal de Ibiraci/MG	Arquivista	Ensino Fundamental Completo
Instituição Soler de Ensino – ISE	Prefeitura municipal de Poloni/SP	Arquivista	Ensino Médio Completo
Máxima Auditoria	Prefeitura municipal de Ibapa/MG	Arquivista	Ensino Médio
Metta Concursos	Prefeitura municipal de São José dos Ramos/PB	Arquivista	Nível Médio Completo
Moura Melo Concursos	Prefeitura municipal de Itu/SP	Arquivista	Curso superior em Arquivologia ou Documentalística
MS Concursos	Prefeitura municipal de Alegrete/RS	Arquivista	Curso Superior de Arquivista
Multsai	Prefeitura municipal de São Vicente/RN	Arquivista	Superior em Arquivologia
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Cachoeira do Sul/RS	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Chapecó/RS	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Horizontina/RS	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Lavras do Sul/RS	Arquivista	Curso Superior completo; habilitação legal para o exercício legal da profissão.
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Santa Maria/RS	Arquivista	Curso Superior de Arquivologia
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de São Sepé/RS	Arquivista	Curso Superior
Pontua Concursos	Prefeitura municipal de Cachoeirinha/RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Pontua Concursos	Prefeitura municipal de Gavataí/RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Pontua Concursos	Prefeitura municipal de Santo Ângelo/RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Prefeitura municipal de Balneário Gaivota	Prefeitura municipal de Balneário Gaivota/SC	Arquivista	Ensino Superior
Prefeitura municipal de Bauru	Prefeitura municipal de Bauru/SP	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Prefeitura municipal de Porto Alegre	Prefeitura municipal de Porto Alegre/RS	Arquivista	Nível Superior em Arquivologia
RBO Concursos Públicos	Prefeitura municipal de Jandira/SP	Arquivista	Ensino Fundamental Completo (8ª Série completa)
Serviço de Processamento de Dados – SEPROD	Prefeitura municipal de Rosário do Catete/SE	Arquivista	Ensino Superior completo
Universidade Federal do Acre - UFAC	Universidade Federal do Acre - UFAC	Arquivista	Superior em Arquivologia
Universidade Federal	Universidade Estadual do	Arquivista	Curso Superior de

do Mato Grosso - UFMT	Mato Grosso		Arquivologia
Universidade Federal Fluminense - UFF	Universidade Federal Fluminense - UFF	Arquivista	Curso de Graduação em Arquivologia
Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFRSA	Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFRSA	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Universidade Patativa do Assaré	Prefeitura municipal de Cedro/PE	Arquivista	Nível Médio
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia

Fonte: Desenvolvimento nosso

Quadro 3 – Concursos para o cargo de Arquivista (2012)

Organizador do concurso	Instituição contratante	Cargo	Escolaridade exigida
Assessorarte	Prefeitura municipal de Guará/SP	Arquivista	Ensino Médio Completo
Brasconpe Consultoria	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do município de Vitória/ES	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Centro de Processos Seletivos - CEPS	Universidade Federal do Pará	Arquivista	Curso superior de graduação em Arquivologia e registro no Conselho
Centro de Processos Seletivos - CEPS	Universidade Federal do Oeste do Pará	Arquivista	Curso superior de graduação em Arquivologia e registro no Conselho
Comissão de Desenvolvimento do Agreste Meridional – CODEAM	Prefeitura municipal de Brejão/PE	Arquivista	Ensino Fundamental Completo
Concursos Públicos e Assessorias - CONPASS	Câmara municipal de Paudalho/ município de Paudalho/PE	Arquivista	Diploma de conclusão do Ensino Fundamental II. (8ª Serie concluída)
Concursos Públicos e Assessorias - CONPASS	Câmara municipal de Areia Branca/RN	Arquivista	Ensino Médio
Consesp Concursos	Prefeitura municipal de Carazinho/ RS	Arquivista	Ensino Médio Incompleto
Consesp Concursos	Prefeitura municipal de Santa Cruz do Sul/ RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia e Habilitação legal para o exercício profissão
Consulplan	Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco/MG	Arquivista	Ensino Médio completo
Consulplan	Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Consultoria e Estudos pedagógicos - CONSEP	Câmara municipal de Zé Doca/município de Zé Doca/MA	Arquivista	Ensino Médio Completo
Consultoria e Pesquisas em	Companhia Cubatense de Urbanização e	Arquivista	Ensino Médio

Instituições Públicas S/C Ltda - GSA	Saneamento - CURSAN		
Departamento de Processos Seletivos e Concursos Públicos – DEPSEC	Universidade Federal do Amapá	Arquivista	Bacharelado em Arquivologia e registro no conselho competente
Dexter consultoria Educacional e Concursos Públicos	Câmara municipal de Ourinhos/ município de Ourinhos/SP	Arquivista	Ensino Superior Completo em Arquivologia
Ética Concursos	Prefeitura municipal de Alpestre/RS	Arquivista	Ensino Superior Completo em Arquivologia
Exatus Promotores de Eventos e Consultorias	Companhia Energética de Brasília - CEB	Arquivista	Superior Completo em Arquivologia e Registro no Órgão de Classe
Fundação Bio-Rio	Prefeitura municipal de Mesquita/RJ	Arquivista	Graduação em Arquivologia; e Registro no respectivo Conselho de Classe
Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto - FAPERP	Prefeitura municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/ MT	Arquivista	Ensino Médio Completo e registro no órgão de classe (quando existente)
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL	Prefeitura municipal de Paranaguá/PR	Arquivista	Ensino Superior Completo em Arquivologia e Registro no Órgão de Classe.
Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt – FUNCAB	Prefeitura municipal de Araguari/MG	Arquivista	Ensino Superior Completo em Arquivologia e possuir inscrição no Órgão de Classe
Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência – FUNDATEC	Prefeitura municipal de Rio Grande/RS	Arquivista	Superior Completo em Arquivologia e Registro Profissional no Ministério do Trabalho
Fundação Vale do Piauí – FUNVAPI	Prefeitura municipal de Cajazeiras/PB	Arquivista	Ensino Médio Completo
Fundação Vale do Piauí – FUNVAPI	Prefeitura municipal de Mineiros/GO	Arquivista	Certificado de Curso de Ensino Superior em Arquivologia
Fundação Vale do Piauí – FUNVAPI	Prefeitura municipal de Caicó/RN	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia.
Gestão de Concursos	Ministério Público do Estado de Minas Gerais	Arquivista	Graduação em curso superior de Arquivologia
Inga Gestão	Prefeitura Municipal de Pacajus/ CE	Arquivista	Ensino Fundamental Incompleto (5º ano do ensino fundamental)
Instituto Quadrix de Tecnologia e Responsabilidade Social	Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia – CONTER	Arquivista	Superior
Instituto Saber	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia Registro no Conselho Profissional.
Instituição Soler de Ensino – ISE	Prefeitura municipal de Barueri/SP	Arquivista	Ensino Superior Completo em

			Arquivologia e Registro na Delegacia Regional do Trabalho
Instituto do Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional – IDECAN	Prefeitura Municipal de Miracema/RJ	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Magnus Concursos Públicos	Prefeitura municipal de Irupi/ES	Arquivista	Ensino Médio Completo
Metta Concursos	Prefeitura municipal de São Bento do Una/PE	Arquivista	Nível Superior Completo em Arquivologia e Registro no Conselho de Classe Específico
MS Concursos	Instituto de Previdência e Assistência dos servidores de Gravataí/RS	Arquivista	Ensino Superior em Arquivologia
Multiconcursos Ltda	Camará municipal de Araçoiaba/PE	Arquivista	Ensino Fundamental
Multydeias Concurso e Consultoria	Prefeitura municipal de Cabaceiras do Paraguaçu/BA	Arquivista	Ensino Médio Completo, Curso de Informática e Conhecimentos da Atividade
Noroeste Concursos	Prefeitura municipal de Pimenta Bueno/RO	Arquivista	Bacharel em Arquivologia, com registro no órgão de classe
Objetiva Concursos	Prefeitura municipal de Rosário do Sul/RS	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia e Registro na DRT
Pontua Concursos	Companhia Carris Porto-Alegrense/Prefeitura municipal de Porto Alegre/RS	Arquivista	Curso de graduação de nível superior de bacharel em Arquivologia
Prefeitura municipal de Rondonópolis	Prefeitura municipal de Rondonópolis/MT	Arquivista	Nível médio completo ou cursando; Experiência comprovada de 6 (seis) meses ou curso específico na área.
Pró-Município	Prefeitura municipal de Ibiapina/CE	Arquivista	Curso de Graduação Bacharelado em Biblioteconomia ou Arquivologia
PR-4 Concursos	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Arquivista	Graduação Concluída em Arquivologia (Nível Superior)
RBO Concursos Públicos	Prefeitura municipal de Barra do Turvo/SP	Arquivista	Ensino Superior Completo
Serviço de Processamento de Dados – SEPROD	Prefeitura municipal de Curaçá/BA	Arquivista	Curso Superior na Área e registro no conselho
Serviço Especializado em Administração e Projetos Ltda. - SEAP	Câmara municipal de Coari/ AM	Arquivista	Ensino Fundamental Completo
TR Concursos	Prefeitura municipal de Santa Rira de Minas /MG	Arquivista	Ensino Médio Completo e Curso Técnico
Universidade Estadual de Roraima.	Instituto de Previdência do Estado de Roraima	Arquivista	Certificado de Conclusão do Ensino Médio e Curso

			de Informática
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Universidade Federal de Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora/MG	Arquivista	Curso Superior em Arquivologia
Universidade Federal de Mato Grosso	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso - IFMT	Arquivista	Graduação em Arquivologia + registro no conselho competente.

Fonte: Desenvolvimento nosso

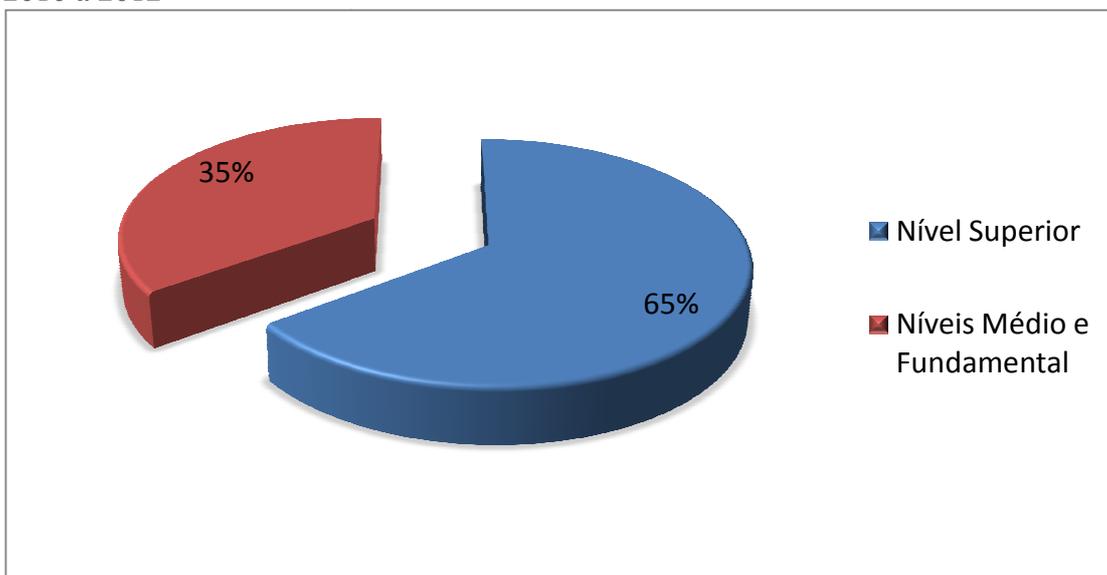
Pelo exposto nos quadros, obtiveram-se como universo dessa pesquisa o total de cento e vinte e oito concursos públicos para o cargo de nomenclatura Arquivista, tendo como amostra quarenta e cinco concursos com requisito de escolaridade de ensino fundamental e médio completo/incompleto.

5 ANÁLISE DOS DADOS: CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE ARQUIVISTA ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2012

A partir dos editais, disponibilizados no banco de dados do *site* PCI Concursos, identificamos os concursos públicos realizados no período que compreende aos anos de 2010 a 2012, para o cargo de arquivista, bem como identificamos as páginas na internet das empresas organizadoras. Após tal constatação, visitamos cada um dos *sites*, momento em que localizamos os editais de cada concurso realizado. Destacamos desde já que outros concursos podem ter ocorrido em nesse mesmo período sem que estejam inseridos no referido banco de dados, não sendo citados no presente trabalho. Ainda sobre o PCI Concursos, vale salientar que a mesma possui acesso diário de mais de vinte mil usuários de acordo com a estimativa apresentada diariamente pelo seu *website*, e que dispõe de um acervo de mais de noventa mil provas de concurso realizados para diferentes cargos, além de oferecer cento e dezessete mil testes para quem deseja se preparar, sendo o acesso totalmente gratuito, ao contrário de outros *sites* especializados em concursos que sequer disponibiliza o edital em sua página.

De acordo com os dados coletados do período anteriormente citado, computamos a realização de cento e vinte e oito concursos públicos para o cargo que leva a nomenclatura de arquivista. Pela abordagem feita, destacamos a escolaridade exigida, conforme apresentado no gráfico2.

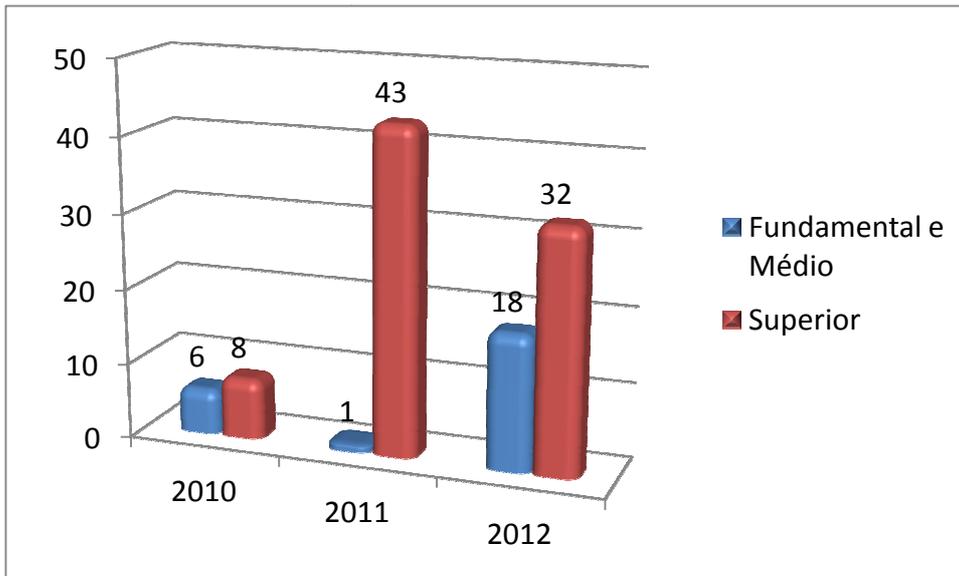
Gráfico 2 – Escolaridade para o cargo de arquivista exigido nos concursos no período entre 2010 a 2012



Fonte: Desenvolvimento nosso.

Pelo gráfico, constatamos que uma parcela significativa dos concursos apresenta tinha como exigência de escolaridade o ensino médio e/ou fundamental, ou seja, dos certames realizados, quarenta e cinco foram para o nível diferente do determinado pela lei 6.546, que é o nível superior em arquivologia. Logo, resolvemos descrever esses concursos observando sua evolução pelo período já destacado nessa pesquisa, como mostra o gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3 – Distribuição dos concursos para o cargo de arquivista por ano

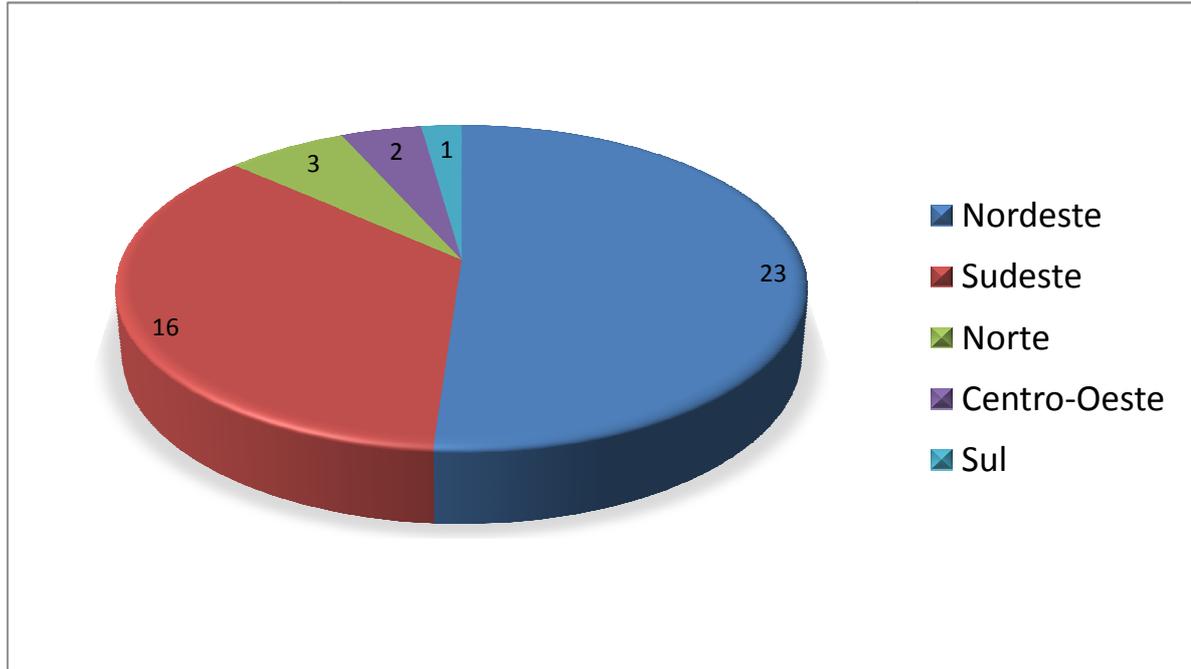


Fonte: Desenvolvimento nosso

De acordo com os números, visualizamos o ano de dois mil e onze como sendo o de menor incidência de escolaridade que não considera a lei que regulamenta a profissão de arquivista, apenas um concurso para nível médio ou fundamental. Em dois mil e dez, os números se aproximam, enquanto em no ano de dois mil e doze, a escolaridade de nível médio e/ou fundamental detém a metade do nível superior. O quadro sugere que no último ano avaliado, um crescimento da escolaridade do ensino médio e fundamental nos concursos para o cargo de arquivista em que os indivíduos participaram.

Outro cenário foi produzido com as informações coletadas a respeito dos quarenta e cinco concursos em que a exigência de nível superior não era solicitada aos candidatos. Desta vez, buscamos conhecer a realidade dos números dispostos pelas regiões brasileiras.

Gráfico 4 – Concursos sem exigência de escolaridade em ensino superior por região do Brasil

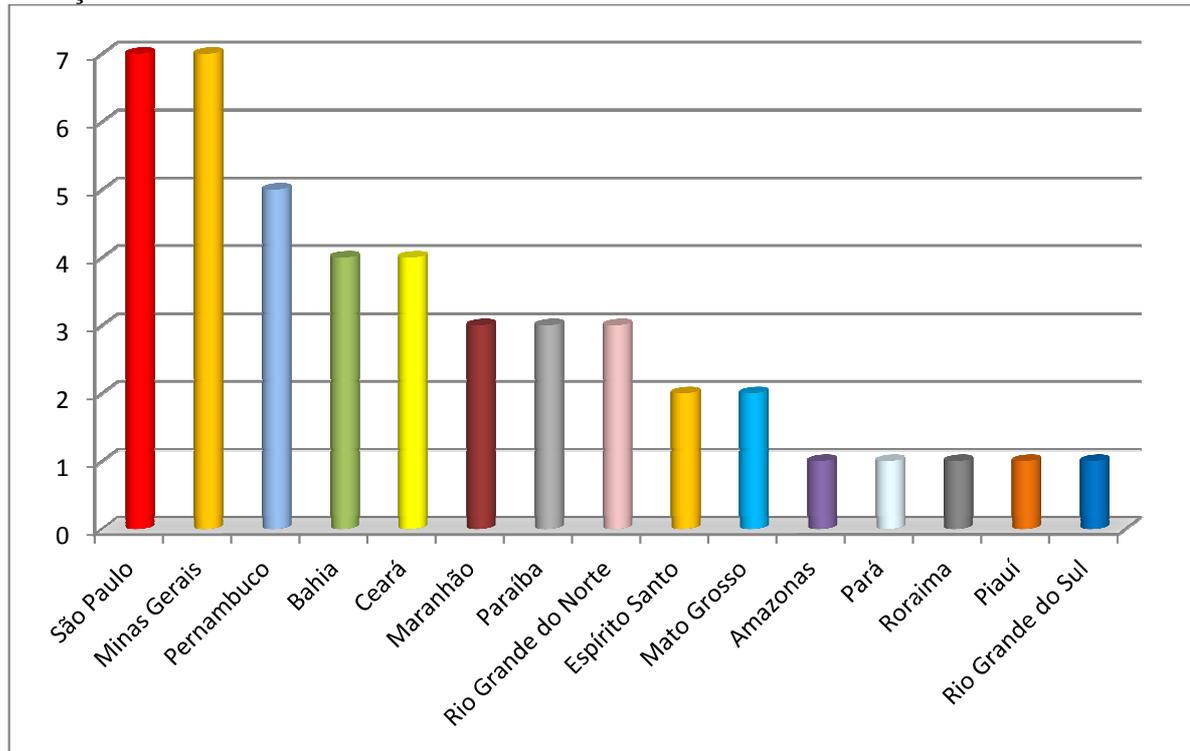


Fonte: Desenvolvimento nosso

No contexto regional, a participação maior é da região Nordeste que contabiliza 50% (cinquenta e um por cento) dos concursos realizados. Em segundo lugar, aparece o Sudeste com trinta e seis por cento do total. A região Sul é a que menos pontua, aparece com apenas dois por cento dos números diagnosticados. É importante destacar que a região Nordeste é a que possui o maior número de estados brasileiros sendo, portanto, a região com maior probabilidade de realizar concursos públicos, o que justifica a sua participação nesse diagnóstico realizado.

O levantamento, a seguir, expõe a realidade dos concursos abordados nessa pesquisa, identificado em quais estados da federação houve a ocorrência de tais certames em que a exigência de formação de nível superior não era requerida como escolaridade, mais sim um nível inferior a esse.

Gráfico 5 – Concursos para arquivista sem exigência de nível superior por estado da federação

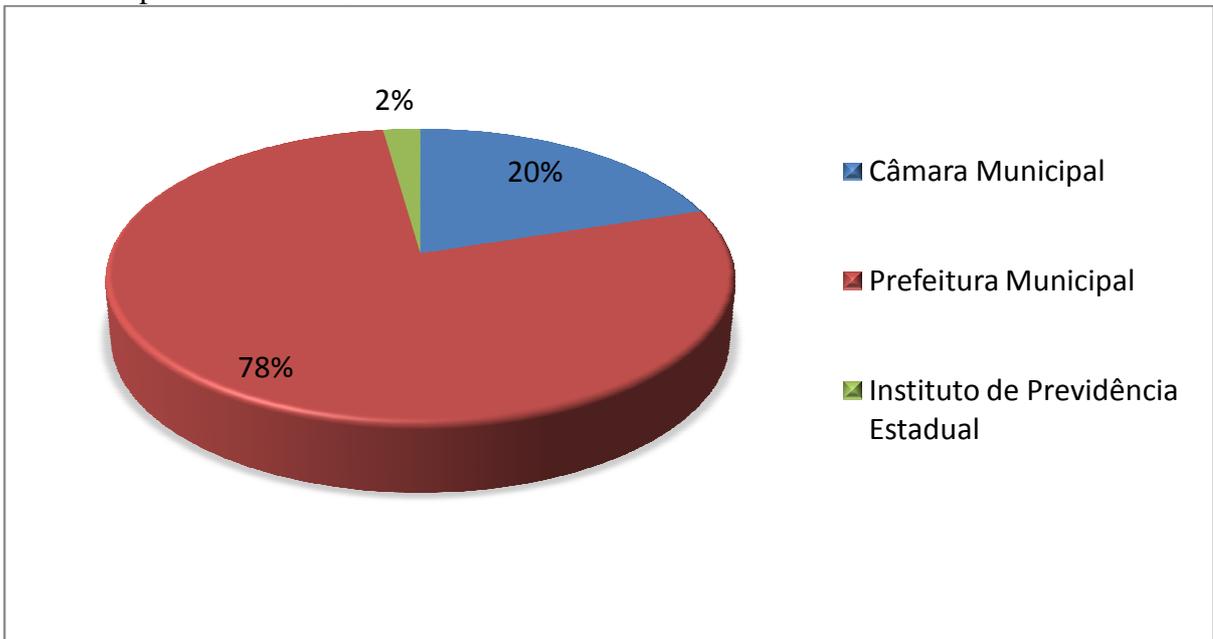


Fonte: Desenvolvimento nosso

Ao analisarmos o quadro acima, podemos concluir que dois dos três maiores estados do Brasil, São Paulo e Minas Gerais, situam-se nas primeiras posições e que se somados os seus resultados, teremos catorze concursos de um total de quarenta e cinco, portanto, um número de significativa relevância no contexto da pesquisa. Do terceiro até o oitavo lugar aparece seis dos nove estados nordestinos, que somados aos seus valores, contabilizam vinte e dois concursos. O Espírito Santo e o Mato Grosso aparecem cada um com dois concursos, de acordo com o exposto no gráfico acima. Os demais estados apresentaram apenas um concurso realizado no período estudado, somando cinco do total de quarenta e cinco concursos públicos, realizados no período de 2010 a 2012.

De acordo com os dados analisados, pudemos determinar em quais esferas do poder público aconteceram os concursos com exigência de nível médio e/ou fundamental. Conforme mostra a ilustração 6, abaixo.

Gráfico 6 – Esfera do poder público para os quais foram realizados concursos sem exigência de nível superior

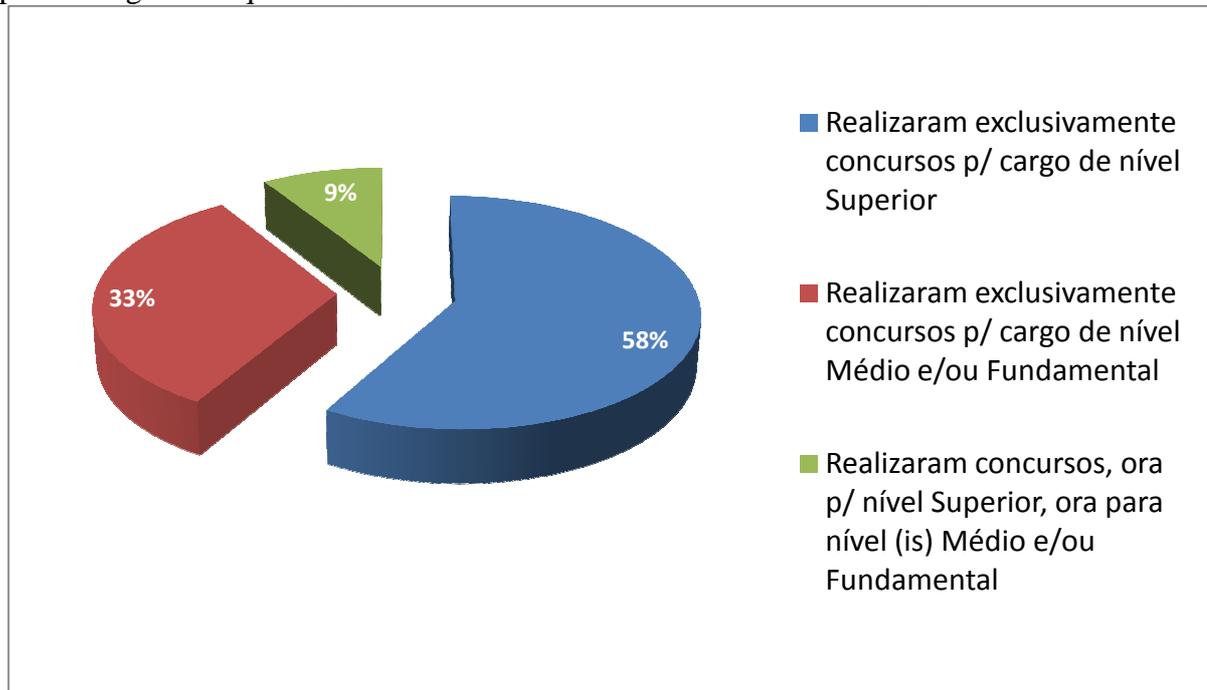


Fonte: Desenvolvimento nosso

A partir dos números coletados, percebemos ausência de concurso para o poder público federal e a existência de apenas um certame realizado para o poder estadual, neste caso um instituto de previdência. A grande ocorrência desse tipo de concurso ocorreu em nível municipal, em que os números dividem-se entre os poderes do legislativo e executivo. As prefeituras municipais contrataram empresas para realizarem trinta e cinco concursos entre 2010 e 2012, enquanto que para as câmaras municipais foram computados nove editais dessa modalidade de acesso ao serviço público.

Sobre os concursos para arquivista com as três exigências de escolaridade, leiam-se ensino superior, ensino médio e ensino fundamental, conseguimos identificar a participação de cada empresa organizadora que na elaboração dos respectivos editais determinaram de acordo com o exigido pelas instituições determinado nível de escolaridade. Vejamos os números do gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Empresas organizadoras de concursos públicos e as exigências de escolaridade para o cargo de Arquivista



Fonte: Desenvolvimento nosso

No levantamento sobre os concursos, constatamos que oitenta e nove empresas foram responsáveis pela realização dos cento e vinte e oito certames para o cargo de arquivista que ocorreram entre 2010 e 2012. Desses números encontramos cinquenta e duas empresas que em seus editais faziam exigência de escolaridade de nível superior, ou seja, os candidatos deveriam possuir curso superior em Arquivologia. Com escolaridade podendo ser de nível fundamental e/ou médio foram identificadas vinte e nove organizadoras, o que significa trinta e três por cento do total. Constatamos, em nossa pesquisa empresas, que além de realizarem concursos com exigência de nível superior, em outros editais solicitava do candidato o nível médio e/ou fundamental. Foram computadas oito organizações nessa situação, que representam nove por cento do universo total.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, estudamos os concursos públicos realizados para o cargo de arquivista no período de 2010 a 2012, em que os requisitos de escolaridade se apresentaram diferente do que determina a lei que regulamenta o referido profissional, e que as informações coletadas forma extraídas do banco de dados do *site* PCI Concursos, por ser uma empresa que atua em todo o território nacional, sendo, portanto, referência no assunto.

A partir desse estudo, podemos fazer algumas observações pertinentes. Destacamos que a ausência de um órgão fiscalizador contribui efetivamente para a ocorrência dos concursos públicos para o cargo de arquivista sem considerar a lei que regulamenta a profissão e que exige o curso superior em Arquivologia, confirmando, assim, o pressuposto que apresentamos no início desse trabalho, que foi justamente a inexistência de uma entidade de classe nacional que atuasse em prol dos profissionais arquivistas, lutando pelos direitos previstos em lei, neste caso a lei nº 6.546/78.

Contudo, é importante destacar que falta, por parte de algumas empresas organizadoras dos referidos concursos, um assessoramento jurídico mais efetivo no momento da elaboração do edital, para garantir o fiel cumprimento da legislação vigente em nosso país. Essa constatação fica evidente diante dos números de empresas que ao mesmo tempo realizaram concurso para cargo de arquivista com exigência de nível fundamental/médio e nível superior.

Outro ponto a ser destacado é que mesmo sem um órgão fiscalizador, algumas associações de arquivistas, a exemplo da Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), buscam coibir a prática descrita neste trabalho acerca dos concursos para arquivista, conforme documento do anexo1. Além disso, existem estudantes dos cursos de Arquivologia que forma autônoma solicitam mudanças na escolaridade do cargo de arquivista em certos concursos quando constatado irregularidade, e recebe respostas como a apresentada no anexo2, em que a organizadora explica que, tanto o cargo como a exigência escolar foi criado por meio de lei municipal. Isso reforça o que afirmamos, anteriormente, a respeito da falta de assessoramento jurídico, uma vez que é de conhecimento público que uma lei municipal ou estadual não se sobrepõe a uma lei federal.

Diante dos dados levantados e analisados, observamos que a ocorrência dos concursos em que se requer dos candidatos escolaridade diferente do que está na lei, traz inúmeros prejuízos aos estudantes que frequentaram as universidades em busca de um diploma de bacharel em Arquivologia, pois os mesmos ficam limitados no que concerne a inserção no

mercado de trabalho. Tendo como principal dano, o desemprego, haja vista que qualquer pessoa com certificado de conclusão de ensino médio ou fundamental pode atuar como arquivista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; FRANÇA, André Luiz Dias. **Arquivologia no Brasil: contribuição do Estado da Paraíba.** Disponível em:

<<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Alves-Franca.pdf>>

Acesso em: 21 de jan. de 2013.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>

Acesso em: 12 de dez. de 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS - AAB. **Perguntas frequentes.**

Disponível em:

<http://www.aab.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=71%3Aperguntas-frequentes&catid=30&lang=pt&Itemid=68> Acesso em: 20 de jan. de 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** - 3ª. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida Moreno. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas.** – Londrina: EDUEL, 2008.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 02 de jan. de 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.** Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=92&sid=52>>

Acesso em: 12 de dez. de 2012.

EXECUTIVA NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA - ENARA. **Saiba quem é este profissional, qual sua formação e qualificação.** Disponível em:

<<http://www.enara.org.br/antigo/modules.php?name=News&file=article&sid=2>> Acesso em: 20 de jan. de 2013.

FOLHA DIRIGIDA. **Espaço jurídico.** Ano XXVIII - Número 1.400. – ISSN 1980-3893, Rio de Janeiro, 2013.

FOLHA DO PERNAMBUCO. **Blog dos concursos.** Disponível em:
<<http://www.folhape.com.br/blogdosconcursos/?s=diferen%C3%A7a+entre+curso+e+sele%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 21 de jan. de 2013.

FONSECA, Maria Odília. **Arquivologia e ciência da informação.** – reimpressão – Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 4 ed. – 8. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** – 6. ed. – reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** – 2. ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

PCI CONCURSOS. **Concursos com vagas para arquivista.** Disponível em:
<<http://www.pciconcursos.com.br/concursos/vagas/arquivista>> Acesso em: 20 de jan. de 2013.

PORTAL DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação brasileira de ocupações - CBO.** Disponível em:<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>> Acesso em: 22 de junho de 2013.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarcisio Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos:** classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. - 2^a ed.: Distrito Federal: SENAC, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** – 23 ed. ver. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista - visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. – Brasília: Starprint, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM. **O profissional arquivista e o mercado de trabalho.** Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/arquivologia/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=41> Acesso em: 20 de jan. de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO. **A arquivologia.**

Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/a-arquivologia>> Acesso em: 20 de jan. de 2013.

VEIGA, Denize Rachel. **Guia de secretariado:** técnicas e comportamentos. – 1.ed. São Paulo: Érica, 2007.

ANEXO 1

Carta.Concurso.Prefeitura.Aracas.pdf - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Documento Ferramentas Janela Ajuda

1 / 2 50,7% Localizar

Salvador, 27 de Setembro de 2011.

Of. AABA XY2011
Exmo. Sr. Ueliton Oliveira Coelho
Prefeito Municipal de Aracás

Ao Prefeito Municipal de Aracás,

A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA – AABA, associação de caráter científico, técnico, profissional e cultural, sem fins lucrativos e representante da comunidade arquivística baiana solicita que V. Exa. interaja na realização do Concurso Público realizado por esta honrada Prefeitura, denominado Edital nº 01/2011, por entender que o nível de escolaridade exigido para exercer a função de Arquivista e a remuneração proposta para o referido cargo, não atendem aos requisitos da Lei nº. 6.546 de 04 de julho de 1978 e, conseqüentemente, o referido edital passa a estar em desacordo com a legislação brasileira vigente.

A profissão Arquivista tem regulamentação específica, instituída por Lei e Decreto Federal, sendo assim improcedente, a contratação de profissionais fora dos critérios determinados pela Lei. A profissão é regulamentada no Brasil pela Lei nº. 6.546 de 04 de julho de 1978 que dispõe sobre as atividades exercidas por este profissional e pelo Decreto nº. 22.550, de 08 de novembro de 1978, que regulamenta a Lei 6.546. Os arquivistas obtêm seu registro profissional através da SRTE – Secretaria Regional do Trabalho e Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego nos respectivos locais de atuação.

Os requisitos mínimos para que um cidadão seja Técnico de Arquivo ou Arquivista estão apontados na Lei e Decreto acima informados. A legislação e edital do concurso em questão encontram-se em anexo a este ofício.

O Edital da Prefeitura de Aracás traz como requisito para investidura no cargo de Arquivista, a seguinte exigência:

Nível de Escolaridade: **Nível Médio**. (Grifo nosso).

Ao exigir do candidato apenas o nível médio como requisito mínimo para investidura no cargo e poder exercer as atividades inerentes ao profissional Arquivista, o presente edital passa a destoar da legislação em vigor.

A Lei 6.546, em seu artigo 1º, deixa perfeitamente explicitado a quem é permitido exercer a profissão de arquivista e de técnico de arquivo:

I - aos diplomados no Brasil por curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da lei;

II - aos diplomados no exterior por cursos superiores de Arquivologia, cujo diploma sejam validados no Brasil na forma da lei;

III - aos Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau;

IV - aos que, embora não habilitados aos termos dos itens anteriores, possam, pelo menos, cinco anos ininterruptos da atividade ou das atividades, na data de início da vigência desta Lei, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo;

V - aos portadores de certificado de conclusão de curso de 2º grau que tenham realizado especifico seu trabalho de arquivo em curso ministrado por unidades credenciadas pelo Conselho Federal de Arquivologia, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.110 hs. nos disciplinas específicas. (Grifo Nosso).

Cabe ao bacharel em Arquivologia o planejamento, implantação, organização e direção dos arquivos e sistemas de informação arquivísticas. O profissional deve conduzir a gestão de documentos, o acompanhamento do processo documental e informativo, a identificação das espécies e tipologias documentais, o planejamento para o tratamento de novos documentos e o controle de meios de reprodução. Faz parte do perfil do Bacharel, o domínio e o acompanhamento da evolução das tecnologias da informação, com vistas à implementação de sistemas de informações arquivísticas.

Atualmente a Arquivologia conta com mais de 10 cursos regulares de nível superior e vários cursos de pós-graduação por todo o país. Na Bahia, o curso de nível superior em Arquivologia é oferecido pela UFBA através do Instituto de Ciência da Informação desde 1999. Não temos conhecimento de cursos para formação de Técnicos de Arquivo no Estado que atenda às exigências constantes da lei. Portanto, encontrar profissionais com a formação em técnico de arquivo no estado, e diríamos inclusive no Brasil, é algo difícil.

A Associação dos Arquivistas da Bahia está permanentemente em contato com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Estado da Bahia denunciando e apontando irregularidades.

Portanto, recomenda-se que a Prefeitura do Município de Aracás altere o edital em questão, de preferência retraindo a exigência de nível médio para investidura no cargo e inserindo a exigência de nível superior em Arquivologia em seu respectivo edital.

Agradecemos antecipadamente a atenção disponibilizada, aproveitando para manifestar sinceros votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Ricardo Sodré Andrade
Presidente da AABA
Associação dos Arquivistas da Bahia

Outlook - maxsteelb... ISAAC2012 (F) novo artigo lei 6.546... Carta.Concurso.Pref... Desktop 17:34

ANEXO 2

Outlook - maxsteelbr@ho x

Microsoft Corporation [US] <https://blu172.mail.live.com/default.aspx?id=64855&owa=1&owasuffix=owa%2f#n=1891145734&fid=&>

Outlook Novo Responder Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Limpar max steel

funvapi

Pastas
Caixa de Entrada
Lixo
Rascunhos 14
Enviados
Excluídos 13
Resultados da Pesquisa
Nova pasta

Visualizações r...
Documentos
Fotos
Sinalizadas
Nova categoria

FUNVAPI
FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ
Rua Benjamim Constant, 2082 – centro/norte – CEP: 64000-280 – Teresina – Piauí
Fone/fax (86) 3223-9392 - CNPJ: 04.751.944/0001-51
Site: www.funvapi.com.br - e-mail: fjvale@hotmail.com

max steel 08/11/2012
Para: fjvale@hotmail.com

Prezados,

Venho por meio deste solicitar que revejam o edital do concurso da Prefeitura de Cajazeiras/ Paraíba, já que o mesmo possui um erro passível de recurso judicial. O caso a que me refiro é quanto a exigência de escolaridade para o cargo de ARQUIVISTA, que no edital do certame diz que os candidatos devem possuir **Ensino Fundamental Completo**, estando portanto, em desacordo com a Lei Federal, nº **6.546, DE 4 DE JULHO DE 1978**, que determina que para exercer a profissão de Arquivista é necessário ser possuidor de curso superior em ARQUIVOLOGIA.

Desta forma, peço que atentem para o referido problema e cumpram o que determina a Lei. Abaixo segue o link para acessar a referida legislação.

Atenciosamente,

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm

© 2013 Microsoft Termos Privacidade Desenvolvedores Português (Brasil)

max steel
Facebook Inscrever-se
Twitter Inscrever-se
Você já está no Facebook?
Você já está no Twitter?

Conteúdo de f t
Saiba mais | Desligar

Outlook - maxsteelb... ISAAC2012 (F) novo artigo lei 6.546... Desktop 17:31

Outlook - maxsteelbr@ho x

Microsoft Corporation [US] <https://blu172.mail.live.com/default.aspx?id=64855&owa=1&owasuffix=owa%2f#n=1891145734&fid=&>

Outlook Novo Responder Excluir Arquivar Lixo Eletrônico Limpar max steel

funvapi

Pastas
Caixa de Entrada
Lixo
Rascunhos 14
Enviados
Excluídos 13
Resultados da Pesquisa
Nova pasta

Visualizações r...
Documentos
Fotos
Sinalizadas
Nova categoria

Erro no Edital do Concurso da Prefeitura de Cajazeiras /Paraíba

FUNVAPI FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ (fjvale@hotmail.com) Adicionar aos contatos Ações
Para: maxsteelbr@hotmail.com

Isac
Este questionamento deve ser enviado para a Secretaria municipal de Administração, pois a instituição elabora o Edital de acordo com a legislação municipal de criação dos cargos.
Att
Elísio Campelo

FUNVAPI
FUNDAÇÃO VALE DO PIAUÍ
Rua Benjamim Constant, 2082 – centro/norte – CEP: 64000-280 – Teresina – Piauí
Fone/fax (86) 3223-9392 - CNPJ: 04.751.944/0001-51
Site: www.funvapi.com.br - e-mail: fjvale@hotmail.com

max steel 08/11/2012
Prezados, Venho por meio deste solicitar que revejam o edital do concurso da Prefeitur...

© 2013 Microsoft Termos Privacidade Desenvolvedores Português (Brasil)

max steel
Facebook Inscrever-se
Twitter Inscrever-se
Você já está no Facebook?
Você já está no Twitter?

Conteúdo de f t
Saiba mais | Desligar

Outlook - maxsteelb... ISAAC2012 (F) novo artigo lei 6.546... Desktop 17:32